

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.474 - SC (2019/0138531-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANDRÉ LUIZ WUSTRO
AGRAVANTE : MOACIR BERNARDINO WUSTRO
AGRAVANTE : NEIVA GEHLEN WUSTRO
AGRAVANTE : PATRÍCIA WUSTRO BADOTTI
AGRAVANTE : VICTOR JOSE WUSTRO
ADVOGADO : ARCIDES DE DAVID E OUTRO(S) - SC009821
AGRAVADO : JOAO CARLOS PREZZOTTO
AGRAVADO : ANGELO JOÃO ALÉSSIO
AGRAVADO : NOELI ALESSIO
ADVOGADOS : RAFAEL SAMPAIO MARINHO - SC017464
VERIDIANA CORTINA ZORDAN - SC018314
AGRAVADO : VALDEMAR CAMBRUZZI
AGRAVADO : IVETE CAMBRUZZI
ADVOGADO : NELI LINO SAIBO E OUTRO(S) - SC003326

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANDRÉ LUIZ WUSTRO e OUTROS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS NÃO CONHECIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELOS RÉUS O QUAL OBJETIVAVA EXCLUSIVAMENTE A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS ILEGITIMIDADE RECURSAL DECLARADA POR MAIORIA DE VOTOS (VENCIDO ESTE RELATOR) INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL REFORMA DO ACÓRDÃO NESTE PONTO BAIXA DOS AUTOS A ESTA INSTÂNCIA PARA APRECIÇÃO DA INSURGÊNCIA DECISÃO JUDICIAL DESPROVIDA DE NATUREZA CONDENATÓRIA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART 20 §§ 3 E 4 DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ALTO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA (MAIS DE DOIS MILHÕES DE REAIS) DEMANDA RELATIVAMENTE COMPLEXA VERBA HONORÁRIA FIXADA EM MONTANTE POUCO EXPRESSIVO (TRÊS MIL REAIS) SE CONSIDERADOS TAIS PARÂMETROS NECESSIDADE DE ELEVÇÃO CONFORME APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JULGADOR RECURSO CONHECIDO E PROVIDO

Alega violação do art. 20, § 4º, do CPC/73, no que concerne à majoração

dos honorários, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Excelências, não se pode aceitar a majoração dos honorários como consta do acórdão ora recorrido, e, justamente quando a verba de sucumbência é fixada em valor elevado - exatamente o caso dos autos -é que compete ao Tribunal Superior rever o montante estabelecido, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 20 do CPC/73 (em vigor quando da sentença), de forma equitativa e em consonância com o princípio da razoabilidade.

Dito isto, o presente recurso se refere quanto a infração ao artigo 20, §4º do CPC, cometida pelo TJSC ao alterar a sentença de primeiro grau no âmbito da fixação dos honorários de sucumbências majorando-o excessivamente. (fls. 1192).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/02/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/03/2019, DJe 21/03/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 26/02/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 04/02/2019; e REsp 1.771.668/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

